

Congresso está de férias e 160 projetos param

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Câmara dos Deputados encerrou ontem o semestre parlamentar, com José Machado (PFL-MG), na tribuna, fazendo advertências contra a desestatização, às 17h30, para um plenário praticamente vazio.

O vazio do plenário foi a tônica do final de um semestre em que a Câmara passou quase todo o tempo sem votar, deixando acumular mais de duas centenas de proposições na pauta, para a toque-de-caixa, quase sem exame nem discussão, em apenas dois ou três dias de esforços concentrados, votar e aprovar cerca de 200 projetos.

Os deputados estão, desde hoje, em recesso. A Câmara só voltará a reunir-se no dia 1º de agosto — e na pauta da ordem do dia, apesar do recente período de votação em massa, continuam acumuladas mais de 160 proposições. A previsão é de que o vazio do plenário aumentará. Com a aproximação das eleições, os deputados — quase todos candidatos à reeleição — irão cada vez menos a Brasília.

A sessão ontem, como de praxe, foi normal. Houve apenas um fato inusitado: foi aberta, às 13 horas, pelo próprio Ulysses Guimarães. Ele chamou o deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL) para ler a ata da sessão anterior e depois disse: "Lida a ata, com a proficiência costumeira, dou por aberto os trabalhos".

Ulysses foi o único membro da mesa que passou pelo plenário, e por poucos minutos. Logo passou a presidência ao deputado mais antigo em plenário, Clark Platon (PDS-AP), que dirigiu os trabalhos até o final da sessão.

Ficaram muitas proposições por votar, mas nenhuma de maior urgência. Durante o último esforço concentrado, nos dias 18 e 19 de junho, a Câmara conseguiu aprovar e mandar para o Senado — ou à sanção presidencial — todos os projetos de maior interesse propostos pelo Executivo, entre os quais o que institui subsídio para os produtores de leite; o que cria incentivos para a cultura; o que trata dos royalties; e o que devolve ao TCU competência para fiscalizar

verbas transferidas aos Estados e municípios. Aprovou também projeto de lei regulamentando a propaganda eleitoral e outro, polêmico, de iniciativa do líder do governo, proibindo a dispensa imotivada do trabalhador.

De mais importante, restou apenas o projeto de lei que altera a chamada Lei Fleury e institui medidas para coibir a violência urbana e rural. Mas ficou de propósito, porque as lideranças partidárias entenderam aconselhável proceder a exame mais profundo de uma matéria que diz respeito a direitos humanos.

NO SENADO

Além da sessão ordinária das 14h30, o Senado realizou ontem outras 11 sessões extraordinárias para votação das matérias consideradas urgentes e que não podiam permanecer sem exame até o fim do recesso parlamentar. Muitos desses projetos referem-se a autorizações de empréstimos a Estados e municípios, como o que beneficia o Rio Grande do Sul com US\$ 29 milhões para a rolagem de sua dívida externa.

Foram colocados na pauta, também, projetos de autoria de senadores, mas nem todos passaram, prevalecendo o bom senso, que rejeitou, por exemplo, a criação do Dia Nacional do Jejum e da Oração e do Dia Nacional das Vítimas dos Torpedeamentos dos Navios Brasileiros Durante a II Grande Guerra.

No mesmo elenco, foram incluídos projetos originários da Câmara, como o que autoriza a criação de duas universidades no Paraná, a do Oeste e a do Vale do Ivaí, e o que autoriza a criação de uma Vara da Justiça Federal em Campinas, SP.

ELEIÇÕES

Na sessão ordinária, o Senado aprovou projeto de lei de iniciativa do senador Itamar Franco (PL-MG), que institui, na capital de cada Estado, uma comissão fiscalizadora das normas eleitorais relativas ao uso indevido do poder econômico no processo eleitoral. A proposição, que agora vai à Câmara, permite que qualquer cidadão ou partido denunciem à comissão as infrações aos dispositivos eleitorais.